



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DE RIBEIRÃO PRETO

COC –
COORDENAÇÃO DO CURSO

PROJETO LABORATÓRIO FDRP

LAB. [] I - [X] II - [] III - [] IV - [] V - [X] VI

ANO/SEMESTRE: 2020/ 2º SEMESTRE

TÍTULO DO EIXO A SER DESENVOLVIDO: Controle da Administração Pública Municipal

DOCENTES RESPONSÁVEIS: Gustavo Assed Ferreira

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS, SE HOUVER: 60

OBJETIVOS:

O controle da Administração Pública significa o conjunto de mecanismos que permitem a vigilância, a orientação e a correção da atuação administrativa para que ela não se distancie das regras e dos princípios que legitimam a sua existência. Tal controle pode ser interno ou externo e no que diz ao órgão controlador, pode ser legislativo, administrativo ou judicial. Assim, é objetivo deste eixo estudar os mais distintos tipos de controles que conformam a atuação do administrador público municipal, avaliando tecnicamente, os diversos procedimentos que envolvem essa atuação.

METODOLOGIA:

Aulas teórico-expositivas e estudos em grupo. No que diz aos métodos de pesquisa, serão utilizados o dedutivo e o dialético. As aulas serão ministradas, às quartas-feiras, pelo Google Meet e os materiais disponibilizados pelo Google Classroom e pelo e-disciplinas do Moodle USP.

ARTICULAÇÃO DO EIXO COM O PPP E COM OUTRAS DISCIPLINAS:

Esse eixo articula-se, em especial, com as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Público da Saúde. De maneira geral, insere-se no contexto do Direito Público e do estudo do denominado Direito do Estado.

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS:

Aula 1 – Contextualização do controle da administração pública municipal

Aulas 2 e 3 – O controle interno e o controle social

Aulas 4 e 5 – O controle legislativo e a atuação do TCE para os municípios

Aula 6 – A atuação do Ministério Público

Aula 7 – Controle social da Administração Pública

Aulas 8 e 9 – Controle judicial - Ação civil pública

Aulas 10 e 11 – Controle judicial – Ação popular

Aulas 12 e 13 – Controle judicial – Improbidade administrativa

Aulas 14 e 15 – Os remédios constitucionais

MÉTODO DE AVALIAÇÃO A SER APLICADO PELO PROFESSOR:

Aula 1 – leitura, discussão e **fichamento** (em grupo de 4 alunos) do capítulo 17 do livro “Direito Administrativo”, de Irene Patrícia Nohara.

Aula 2 – Análise das decisões do TCE/SP e do TJ/SP sobre o enquadramento funcional e a atuação da figura do controlador geral do município.

Aula 3 – os alunos serão instados a escrever em **uma página ao final da aula** sobre a avaliação de cada um sobre a cogência das determinações emanadas do TCE para os municípios.

Aula 4 – Estudo de caso: análise do conjunto de ofícios emitidos pelo órgão do MP/SP para um município sobre o pagamento de gratificações.

Aula 5 – Estudo, análise crítica e avaliação de três petições iniciais de Ação Civil Pública.

Aula 6 – Estudo dos fundamentos da Ação Popular e a sua utilização no Brasil – **working paper individual**.

Aula 7 – Os alunos deverão individualmente escrever um **working paper individual** para participar desta aula. O tema será “O STF e a criminalização da Improbidade Administrativa”.

Aula 8 – Evolução histórica e a atual estágio da jurisprudência relativa aos remédios constitucionais no Brasil.

Os alunos serão avaliados por cinco conceitos que valerão de 0 a 2 pontos cada um. Quatro deles relativos aos trabalhos “grifos acima” e um sobre a sua participação nos debates desenvolvidos em sala de aula.